

Legislativo de Santo André debate segurança, saúde e políticas sociais

Parlamentares apresentam propostas e reivindicações para a cidade em diversas áreas

As 9ª e 10ª Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Santo André, realizadas nesta terça-feira (11), abordaram temas como segurança pública, saúde, infraestrutura urbana e políticas sociais. Durante os trabalhos, vereadores também homenagearam atletas de jiu-jitsu da cidade.

Na pauta de segurança, o vereador Rodolfo Donetti (CIDADANIA) destacou a Operação Sono Tranquilo, realizada de forma integrada pela Guarda Civil Municipal e pelo Semasa, com o objetivo de coibir perturbações do sossego e irregularidades em eventos e estabelecimentos. O parlamentar Bahia do Lava Rápido (PSDB) relatou casos de violência na região do Jardim Santo André, citando assalto na rua Renascer, e pediu reforço do policiamento do 10º Batalhão da Polícia Militar. Ele também manifestou preocupação com invasões e furtos em escolas e creches da cidade.

O vereador William Lago (PL) relacionou segurança e infraestrutura urbana, solicitando melhorias na iluminação pública de pontos de ônibus próximos à Fundação Santo André, onde estudantes relataram sensação de insegurança durante a noite.

No setor de saúde, Lucas Zacarias (PL) apontou a falta de medicamentos de uso contínuo em unidades básicas de saúde, como as UBS da Vila Palmares e



Divulgação/CSA

Vereadores durante sessão ordinária na Câmara Municipal de Santo André

do Jardim Sorocaba, mencionando ausência de losartana, vitaminas e outros remédios essenciais. Tiago Nogueira (PT) abordou problemas estruturais da UBS do Jardim Carla, incluindo falta de manutenção e retirada de cadeiras na sala de espera.

O vereador Clóvis Girardi (PT) criticou a carência de insumos em equipamentos públicos, citando a falta de papel higiênico no CRAS da Vila Luzita.

Demandas de mobilidade e zeladoria também foram apresentadas. Vavá (PSD) solicitou

intervenção na viela da rua Dr. Antônio Zanetti, no Jardim Las Vegas, utilizada por crianças e vulnerável à circulação de motocicletas, e estudo de trânsito na rua França, no Parque das Nações, com sugestão de restrição de estacionamento. Bahia (PSDB) reforçou pedidos de recapeamento em ruas do segundo subdistrito, incluindo bairros como Parque Novo Oratório, Santa Terezinha e Utinga.

Nino Brandão (AVANTE) solicitou inclusão da rua General Humberto de Souza Melo

no programa Rua Nova e instalação de Wi-Fi público na Praça Cacilda Becker. Denis Gambá (SOLIDARIEDADE) apresentou proposta para implantação de motos com cestos de coleta de lixo em vias de difícil acesso e revitalização do escadão entre ruas Sagui da Serra e Jaguatirica. Dandan (AVANTE) pediu informações sobre o sistema de monitoramento da rua Oliveira Rolim e da avenida Capitão Mário de Toledo, na Vila Rica, e solicitou intensificação de rondas da Polícia Militar e da Guarda

Civil Municipal de Santo André.

Entre os projetos de políticas públicas, Daniel Buissa (PODE) apresentou o Programa Municipal de Empregabilidade Feminina, com incentivos para empresas que contratem mulheres vítimas de violência doméstica, e propôs a criação de um mapa inteligente da violência contra a mulher. Dr. Marcelo Cheha-de (PSDB) sugeriu a inclusão da disciplina História de Santo André e do Estado de São Paulo no ensino fundamental da rede municipal, com objetivo de valorizar a identidade local. Ricardo Alvarez (PSOL) questionou a transferência de superávits de fundos municipais para o Tesouro, pedindo maior transparência sobre os valores retirados e seus impactos em políticas públicas, especialmente de segurança.

As sessões contaram ainda com homenagem aos atletas andreenses de jiu-jitsu Herich Apolinário, Maycon Gabriel Pereira e Anderson Pinheiro Castro, reconhecidos pelo desempenho esportivo e contribuição social por meio do esporte.

As Sessões Ordinárias da Câmara de Santo André ocorrem às terças-feiras, às 9h e às 15h, e são transmitidas ao vivo pelo canal da TV Câmara Santo André no YouTube. Proposituras podem ser consultadas pelo sistema Câmara Sem Papel: <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br>.

Vereador cobra regularização da coleta de lixo em Arujá

Divulgação/Câmara de Arujá

O vereador Caio Mãos Solidárias (União Brasil) cobrou providências da Prefeitura de Arujá para regularizar o serviço de coleta de lixo em bairros do município. A manifestação ocorreu durante a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada em 9 de março. Segundo o parlamentar, moradores têm relatado atrasos frequentes na retirada dos resíduos, situação que tem gerado acúmulo de sacos nas ruas e aumento de reclamações encaminhadas ao gabinete.

De acordo com Caio, a coleta de lixo é um serviço essencial e, quando não ocorre dentro do cronograma previsto, provoca transtornos à população. O vereador afirmou compreender que imprevistos podem ocorrer durante a execução do trabalho, mas defendeu que haja comunicação prévia mais eficiente com os moradores sempre que houver alteração no roteiro ou nos



Caio Mãos Solidárias durante pronunciamento na tribuna

horários estabelecidos para o recolhimento. O serviço é executado no município pelo Consórcio Serviço Integrado Nova Arujá. Conforme o vereador, a empresa tem apresentado justificativas como quebra de caminhões ou falta de mão de obra para explicar os atrasos registrados

nas últimas semanas. Para ele, no entanto, é necessário planejamento para evitar prejuízos ao atendimento da população.

O parlamentar informou ainda que encaminhou ofício solicitando reunião com representantes da empresa responsável pelo serviço.

Câmara de Itapevi aprova contas de 2022

A Câmara Municipal de Itapevi aprovou, na sessão ordinária realizada na terça-feira, 10 de março, o Projeto de Decreto Legislativo nº 019/2026, que trata das contas da Prefeitura referentes ao exercício financeiro de 2022. O período analisado corresponde à gestão do então prefeito Igor Soares Ebert.

A proposta foi apresentada pela Comissão de Finanças e Orçamento do Legislativo e segue o procedimento previsto na legislação para apreciação das contas do Executivo municipal. O processo ocorre após a análise técnica realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), responsável por emitir parecer prévio sobre a regularidade das contas públicas.

A avaliação das contas pelo Poder Legislativo representa a etapa final do processo de controle externo das finanças municipais.

O parecer do tribunal serve como base técnica para a deliberação dos vereadores, que têm a atribuição constitucional de julgar as contas do Executivo.

Segundo informações divulgadas anteriormente pela administração municipal, os exercícios financeiros da gestão de Igor Soares também receberam pareceres favoráveis do Tribunal de Contas em anos anteriores.

Durante a Ordem do Dia da sessão, os vereadores também aprovaram três projetos de lei encaminhados pelo Poder Executivo. O Projeto de Lei nº 051/2026 altera dispositivos da Lei nº 1.796, de 28 de abril de 2006. Já o Projeto de Lei nº 052/2026 institui a Política Municipal de Segurança Pública e Defesa Social de Itapevi. O Projeto de Lei nº 053/2026 cria o Fundo Municipal de Cultura, voltado ao financiamento e apoio a projetos culturais no município.